

A prioridade do governo é não permitir uma nova retomada da inflação, que volta a ameaçar. Por isso, ameaça arrochar ainda mais a quantidade de moeda em circulação na economia.

Dinheiro raro, o tom do "setembro negro".

FABIO PAHIM JR.

Por temer o avanço das pressões inflacionárias, a ministra Zélia Cardoso de Mello promete jogar duro em setembro, para não repetir o mês de junho, quando as expectativas negativas dominaram a sociedade. A principal arma do governo é o controle da moeda, e o Banco Central dispõe de um trunfo enorme. É o acerto das posições em cruzados novos das instituições financeiras, principalmente caixas econômicas e bancos. São Cr\$ 900 bilhões que o BC adiantou às instituições e cujo prazo de vencimento ocorre agora, mais precisamente, dia 17. Em geral, o problema está nos agentes do crédito imobiliário — que emprestam a longo prazo mas recebem só um pouquinho mês a mês.

Essa situação gerou uma **deficiência em cruzados novos**, situação em que é preciso entregar cruzeiros. Os Cr\$ 900 bilhões são tanto dinheiro que o sistema financeiro público e privado poderia ir à bancarrota. É por isso, e por causa do medo da safra de reajustes salariais, que este mês foi chamado de **setembro negro**. Denominação apropriada, se os Cr\$ 900 bilhões fossem de fato recolhidos. Eles representam 3/4 dos meios de pagamento. Ou seja, 3/4 de todo o dinheiro que está na caixa das empresas e pessoas (o papel-moeda em poder do público, cerca de Cr\$ 430 bilhões), mais a totalidade dos depósitos a vista de empresas e famílias nos bancos. Só uma instituição, a Caixa Econômica Federal, teria que recolher Cr\$ 400 bilhões, estima-se nos círculos bancários. Outra estatal teria carência de Cr\$ 44 bilhões. Mas a situação é melhor entre os conglomerados privados.

Ofensiva oficial

Para evitar alarmismos, as principais autoridades federais vieram a São Paulo. O presidente Fernando Collor de Mello disse a quase dois mil empresários no Es-



Arquivo/AE

Eris prometeu arrocho aos banqueiros, e Collor disse a dois mil empresários que é um obstinado em defesa de sua política.



porte Clube Pinheiros, na entrega do prêmio **Melhores e Maiores da Revista Exame**, quinta-feira, que é um obstinado na defesa de sua política. O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, prometeu arrocho aos banqueiros com quem almoçou sexta-feira no São Paulo Club, mesmo prometendo não cobrar os Cr\$ 900 bilhões. E a ministra Zélia Cardoso de Mello anunciou menos impostos de importação para 50 produtos-chave.

Em agosto, ficou em 10,58% a inflação oficial, o IRVF (Índice de Reajuste de Valores Fiscais), 0,21 ponto abaixo dos 10,79% de julho. Mas os mercados futuros projetam mais para setembro: 11,5%. Mais inflação, mais aperto monetário, e sobem os juros do over e dos CDBs (depósitos a prazo fixo, os principais títulos bancários): instituições de primeira linha pagavam de 440 a 445% ao

ano sexta-feira, ou 15,63% por 30 dias. São 3,2% acima dos 11,5% de inflação projetada.

Avaliar setembro passa pelos seguintes fatos:

1. Pressão salarial — Este é um mês de reajuste no Banco do Brasil (bancários) e Petrobrás (petroleiros). Mas há um fator novo: o TST (Tribunal Superior do Trabalho) deixou de jogar do lado dos altos reajustes. "Isto muda todo o processo", observa o especialista Júlio Colombi, ex-titular da Sest-Secretaria de Controle das Empresas Estatais. "No passado, privilegiavam-se categorias fortes como as do BB e Petrobrás, e estava dado o sinal para o resto das estatais. Hoje, isto acabou". Em agosto, malograram as greves na CSN, Ford e dos eletricitários. E quem mais pesou nas decisões foi o ministro do TST, Marcelo Pi-

mentel: antes, pró-reajustes altíssimos, que liquidaram o Plano Bresser em 1987. E agora, pró-reajustes contidos.

2. Acerto dos cruzados — É impossível exigir Cr\$ 900 bilhões. O BC reconhece isto. "Não poderia exigir tudo isso", confirma o ex-diretor da Dívida Pública, Alkimar Moura. Como alternativa, estuda-se a compensação de créditos das instituições em cruzados e o recolhimento de uma parte do que estiver entrando via cadernetas.

3. Compulsório — Muda dia 10 a base de cálculo do compulsório bancário — o que os bancos devem recolher ao BC sobre seus depósitos. Poderão ser mais Cr\$ 80 a Cr\$ 90 bilhões.

4. Déficit — Em vez de déficit,

há superávit. Previsão de Cr\$ 10 bilhões em setembro.

5. Política cambial — A cotação do dólar está tão baixa que compensa mais comprar produtos estrangeiros de consumo. Em agosto, o dólar comercial caiu 6,5% reais. E o cruzeiro, supervalorizado, está sendo usado para combater a inflação (a importação fica mais barata). Sem estimular exportações, porém, há mais recessão interna. E a recessão dos Estados Unidos ajuda a piorar as coisas: há menos compradores de produtos brasileiros.

6. Crise do petróleo — O barril já custa 10 dólares a mais. Haverá mais inflação no Brasil, mas a crise será menor do que em 73 e 79.

7. Abono e crédito — O abono de Cr\$ 3 mil e o aumento do crédito para o plantio agrícola desafogam um pouco a economia. Metade do que for depositado nas

cadernetas irá para o crédito rural.

Sinais da conjuntura

"Há um problema latente de liquidez", diz Aristeu Zanuncio, diretor do Montrealbank. Zanuncio e o consultor Alberto Borges Matias, professor da USP, esperam uma compensação entre o que o governo deve para o setor privado e o que o setor privado deve ao governo. "E isto ajudará a devolução dos cruzados em setembro/91", prevê Matias.

Dia 16, o Plano Collor fará seis meses. E a preocupação não mudou — é a inflação. Dez por cento ao mês é muito até para o acerto com o FMI. O governo pretende diminuir esse índice apertando a moeda. Isto é, empregando um instrumento cujo efeito vem a prazo médio, para resolver uma questão imediata. Nesse caso, um **setembro negro** é possível — ao menos, para quem tiver que entregar ao credor mais recursos do que puder gerar.

Fatores de um 'setembro negro'	Fatores de um setembro tranquilo
● Arrocho monetário	● Aperto monetário menor que o previsto
● Devedores e instituições no sufoco	● Crédito rural e abono jogam mais dinheiro na economia
● Atraso no acordo com o FMI	● O TST segura aumentos salariais (Banco do Brasil e Petrobrás)
● Petróleo mais caro equivale a um imposto	● Crise do petróleo menor do que o imaginado
● Cruzeiro supervalorizado	● A ofensiva psicológica do governo dá bons resultados
● Leve alta da inflação	